

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**11 de
MAIO
2018**



**TJ
ES**

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



QUARTEL DO COMANDO-GERAL da PM, em Vitória: entrada bloqueada durante a greve em fevereiro de 2017

Julgamentos de policiais e parentes na segunda

Vinte e quatro pessoas, entre policiais e familiares, vão ser julgados a partir de segunda por causa da greve da PM

Kananda Natielly

As audiências de instrução nos processos criminais sobre a greve da Polícia Militar, ocorrida em fevereiro do ano passado, começam na próxima segunda-feira.

Segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), dez policiais militares e 14 parentes serão julgados até a próxima sexta-feira, em Vitória.

A juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira, vai presidir as audiências, que devem ocorrer a partir em dois horários: às 8 h e às 13 horas, no Salão do Tribunal do Júri de Vitória.

Segundo o TJES, os processos criminais são relativos à Operação Protocolo Fantasma, do Ministério Público Estadual, que apura o

suposto envolvimento de 24 pessoas no movimento de paralisação da PM, em fevereiro de 2017.

A denúncia do Ministério Público foi recebida pela Justiça e desmembrada em dois processos, devido ao grande número de réus.

No primeiro processo, composto por policiais militares, dez pessoas são acusadas de envolvimento na greve. No segundo, composto por familiares dos policiais, 14 pessoas também são acusadas de participação no movimento grevista, que impediu o policiamento regular no Estado.

O TJ informou que, em ambos os processos, os acusados foram citados para apresentarem respostas à acusação e que eles já se manifestaram.

De acordo com a decisão da 4ª Vara Criminal, as audiências com relação ao processo dos familiares de policiais serão realizadas nos dias 14 e 15 de maio, enquanto as relativas ao processo que envolve os próprios policiais serão realizadas nos dias 17 e 18.

Durante as audiências, serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público Estadual e

pelos advogados da defesa dos réus. O interrogatório dos acusados vão ser realizados no segundo dia de audiências de cada processo, nos dias 15 e 18, no período da tarde. Serão ouvidas ao todo noventa e três pessoas.

ANÁLISE

André Rocha
Especialista em Direito Penal



“Oportunidade de se manifestarem”

“Após as audiências, é necessário que o juiz da causa faça os interrogatórios dos acusados. A seguir, será dada às partes a oportunidade de se manifestarem.

Depois disso, o juiz abrirá vista dos processos para o Ministério Público se manifestar em suas alegações finais e, logo após as defesas dos acusados, para também apresentarem suas últimas alegações defensivas. Por último, o juiz.”

As vítimas

Alexandre Martins de Castro, pai do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, protestou contra a saída de “Lumbrigão” para passar o Dia das Mães em casa: “São as incoerências de um sistema penal falido, que permite que um assassino condenado passe o dia com sua mãe, mas não considera que o pai da vítima não verá seu filho”.

Os beneficiados

O desabafo de Alexandre Martins foi feito no Facebook do Gazeta Online. Conforme a coluna divulgou com exclusividade ontem, “Lumbrigão”, condenado pelo assassinato do magistrado, recebeu o benefício da saída temporária junto com outros 1.328 detentos do sistema prisional”.

Caos em Fundão

O cartório do Fórum da Comarca de Fundão está sem servidores, prejudicando a população local. E olha que

Fundão é um município problemático: tem corrupção envolvendo políticos, empresários e servidores; roubos; assassinatos...

TRAGÉDIA

EM LINHARES



Juliana Salles chorou e gritou durante a despedida dos filhos

CARLOS ALBERTO SILVA

CHORO, GRITOS E TRISTEZA EM ENTERRO

Pastora passou mal e precisou ser amparada na despedida dos filhos

“Tá doendo, pai. É verdade isso? Ai, meu Deus do céu!”. Essas foram as primeiras palavras ditas pela pastora Juliana Salles, mãe dos meninos Kauã Salles Butkovsky, 6, e Joaquim Alves Salles, 3, ao ver os caixões dos filhos no Cemitério São José, em Linhares, na manhã de ontem.

O enterro deu fim a uma angustiante espera de 19 dias pela liberação dos corpos, que precisaram passar por um exame de DNA para identificação. Os irmãos morreram carbonizados durante um incêndio dentro de casa, no dia 21 de abril.

Às 8h34, os corpos chegaram no cemitério em dois carros funerários. Bastante emocionado, o comerciante Rainy Butkovsky, pai de Kauã, aguardava no local, com familiares e amigos.

Juliana chegou às 8h50,

sendo amparada pelo pai, familiares e membros da Igreja Batista Vida e Paz. Durante todo o tempo, a pastora chorava e gritava, sem acreditar que estava enterrando os dois filhos. Ela passou mal e foi socorrida em diversos momentos.

O enterro dos irmãos foi acompanhado por cerca de 200 pessoas, entre amigos, parentes e moradores que se sensibilizaram com a tragédia. Muitos levaram balões brancos, que foram soltos no final do sepultamento.

“Eu vim prestar solidariedade porque a gente é avó, é mãe e fica totalmente passada de como isso tudo veio acontecer. É um trauma terrível para o povo linhareense. A gente entrega para Deus”, disse a dona de casa Leila Clarindo Moreira.

HOMENAGEM

As duas escolas onde os



CARLOS ALBERTO SILVA

Juliana teve que ser carregada ao passar mal

meninos estudavam mandaram coroas de flores. “É um sentimento de muita tristeza. Dei aula para o Kauã por 60 dias. Nesse pouco tempo, ele foi maravilhoso. Ele era estudioso, competente, educado e cari-

nhoso”, desabafou a professora Mara Sena Silva.

Dois viaturas policiais, com seis militares, ficaram dentro do cemitério. Do lado de fora, outros policiais da Força Tática monitoravam o local.

Os corpos dos irmãos foram sepultados às 9h25. Após o enterro, um rapaz que acompanhava o pai de Kauã convidou as pessoas que permaneceram ao lado do túmulo a curvar a cabeça e fazer uma oração. Na prece, ele pediu que Deus confortasse o coração de todos.

“Nessa hora, nós precisamos tanto, desesperadamente, nós precisamos do Senhor. Precisamos do aconchego do Pai, que nos conhece melhor do que nós mesmos. Pedimos ao Senhor que se cumpra a Tua palavra e o Senhor os tenha (os irmãos) em bom lugar, na morada do Senhor, que o Senhor iria preparar, esse é o nosso desejo.”

Ele finalizou a oração com uma mensagem de esperança a todos que sofrem pela morte das crianças. “Eu sei que o choro dura uma noite e, às vezes,

essa noite é bem longa. E eu tenho convicção que a nossa há de ser. Mas a alegria é promessa do Senhor e ela vem pela manhã.”

Após a oração, Rainy deixou o local com familiares e amigos em uma van. O comerciante, que mora em Vitória, preferiu não conversar com a reportagem.

AUSÊNCIA

O pastor George Alves, 36, pai de Joaquim e padrasto de Kauã, não compareceu ao sepultamento. Preso no Centro de Detenção Provisória de Viana, acusado de atrapalhar as investigações do incêndio, ele chegou a dizer à advogada Taycê Aksacki que queria participar do sepultamento. Mas, por medo de represálias, a advogada não pediu a liberação dele à Secretaria de Justiça.

TRAGÉDIA EM LINHARES

CARLOS ALBERTO SILVA



Caixão de Kauã, 6, deixa a funerária, em Linhares

CARLOS ALBERTO SILVA



Rainy, pai de Kauã, chega ao cemitério com parentes

CARLOS ALBERTO SILVA



Por segurança, viatura e PMs ficaram no cemitério

PASTORA PERDEU 3 FILHOS EM APENAS UM ANO E MEIO

Amiga de Juliana Salles diz que ela está sofrendo muito

No cemitério, Simone Soares, uma amiga do casal de pastores, e que também integra a Igreja Batista Vida e Paz, contou que a pastora Juliana Salles, mãe dos irmãos mortos, está sofrendo muito. "Juliana me disse emocionada: 'Saíram quatro (filhos) de dentro de mim e agora só tenho um.'" Além dos meninos, ela perdeu uma filha com três meses. As três crianças morreram em um ano e meio.

Simone conheceu Juliana e George Alves em 2014, quando foi ao primeiro culto na igreja onde George Alves tinha um salão de beleza, no bairro Interlagos. "Na primeira reunião no salão, eu estive lá. O casal se apresentou como membro da igreja, pessoas recém-convertidas que estavam em um momento feliz de transformação da vida."

A amiga disse que o menino Joaquim chegou a dormir na casa dela. "As crianças foram muito felizes. Joaquim já dormiu na

minha casa. Eles nunca levaram um tapa dos pastores. Estamos todos muito tristes. Além da dor da perda, eles estão sendo julgados pelas pessoas", disse.

Simone contou que os pastores acolhiam os membros da igreja em casa. "Eles levavam muita gente para morar na casa deles. Falavam que passariam o tempo necessário para que a pessoa pudesse melhorar e retornar à convivência com a família. Eles cuidavam das pessoas que tinham uma vida turbulenta. Ele era um grande amigo e pastor, pois cuidava das pessoas."

DOR IMENSA

Ajoelhada, se apoiando com as mãos na sepultura e gritando muito, a pastora Juliana se desesperou ao ver os caixões dos filhos Kauã, 6 anos, e Joaquim, 3, no Cemitério São José, em Linhares. Amparada o tempo todo pelo pai, Juliana tinha dificuldades de se manter em pé e suplicava, enquanto os

corpos eram sepultados: "O Joaquim, pai. Dói, pai, dói. Eu não estou acreditando."

Em um momento no sepultamento, a pastora pediu para que uma pessoa que estava posicionada na frente dela saísse. "Deixa eu ver eles, pai. Não me segura não, por favor. Eu quero ver eles. Eu só quero ver", implorou. Ao ver um caixão com a imagem de um dos filhos, gritou. "Ai meu Deus... O Joaquim, pai. Meu Deus, de novo pai, de novo! (em referência a outra filha, Helena, que morreu com três meses)."

A pastora foi retirada da frente do túmulo após passar mal e ser carregada nos braços por um dos membros da igreja.

Ela deixou o local caminhando e sendo amparada pela mãe, avó e membros da igreja até ser colocada no carro, às 9h20. A mãe de Juliana, Maria Aparecida, também passou mal após o enterro, desmaiou e deixou o cemitério com a ajuda de outros parentes.

CARLOS ALBERTO SILVA



Joaquim e Kauã, que morreram em incêndio, receberam várias homenagens

Em silêncio, pai de Kauã chorou

◀ O comerciante Rainy Butkovsky, pai de Kauã, 6, mora em Vila Velha e foi até o Norte do Estado para se despedir do filho. Ele chegou no Cemitério São José, em Linhares, por volta de 8h30, acompanhado de familiares e amigos.

A mãe de Rainy estava bastante abalada e foi amparada diversas vezes por outros familiares. Muito emocionando, ele chorou em silêncio por quase todo o sepultamento e foi abraçado por muitos amigos. Durante a maior parte do tempo, ficou abraçado com a sua mãe.

O momento de maior emoção entre os dois foi quando o caixão de Kauã foi colocado no túmulo. Neste

momento, a avó levantou o braço para fazer uma oração, enquanto era abraçada por Rainy. Por conta do momento de luto, Rainy negou todos os pedidos de entre-

vistas e não quis dar declarações sobre a perda do filho. Logo depois do enterro, Rainy e vários familiares voltaram para a Grande Vitória em uma van.

CARLOS ALBERTO SILVA



Abalado, Rainy foi a Linhares se despedir do filho

CARLOS ALBERTO SILVA



Caixões com os irmãos são levados para sepultamento em cortejo

TRAGÉDIA EM LINHARES

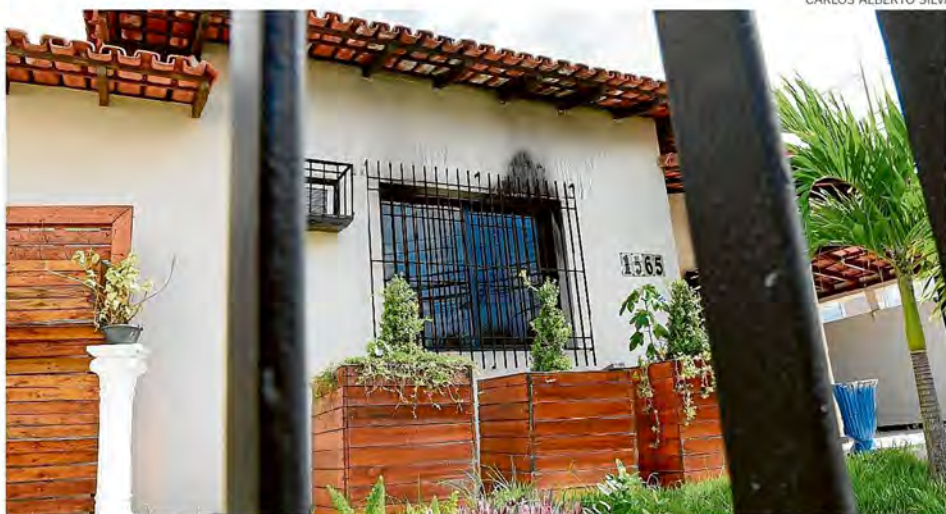
DOCUMENTO NÃO DIZ O QUE CAUSOU AS MORTES

Declarações de óbito trazem inscrição “indeterminada” na causa

As declarações de óbito dos irmãos Kauã Salles Butkovsky, 6 anos, e Joaquim Alves Salles, 3, apontam a causa da morte das crianças como “indeterminada”. Os documentos, obtidos com exclusividade pela TV Gazeta Norte e aos quais a Gazeta Online teve acesso, foram feitos após necropsia dos médicos legistas do Departamento Médico Legal (DML) de Vitória.

As duas declarações afirmam, ainda, que é necessário aguardar outros exames para apontar causas mais específicas. Os dois irmãos morreram no dia 21 de abril no Centro de Linhares, Norte do Estado, por volta das 2 horas da madrugada de sábado. O fogo começou na casa da família, dentro do quarto das crianças. Dentro da casa também estava George Alves, que é pastor da Igreja Vida e Paz. Ele é pai de Joaquim e padrasto de Kauã. O pastor permanece preso por, segundo a polícia, atrapalhar as investigações do incêndio.

O médico José Carlos Frasson, que trabalhou como legista no Departamento Médico Legal (DML) por sete anos, explicou à reportagem da Gazeta Online que o procedimento é padrão em casos em que não é possível indicar a causa da morte imediatamente.



Fachada da casa onde os irmãos moravam em Linhares: na janela é possível ver que o local pegou fogo



George Alves foi preso por atrapalhar investigação

“Quando você não consegue detectar na necropsia a causa, como num tiro, que sabemos que afetou algum órgão, é colocado dessa forma. A declaração serve apenas para a liberação do corpo e para fazer a certidão de óbito no cartório, mas não tem valor jurídico, é apenas protocolar. Só o laudo que sai depois dos exames serve para o processo”, explicou o médico.

Frasson acredita que situações como essa são difíceis de serem analisadas e depende muito de como os corpos foram encontrados.

“Você precisa de alguma quantidade mínima de sangue e urina para analisar se havia alguma substância no corpo, por exemplo, e analisa também a via aérea para saber se a morte foi pelo incêndio ou se a vítima já havia morrido antes por outra causa. Mas se não tem esses elementos, é difícil emitir um laudo mais condizente com a verdade naquele momento”, declara.

O médico explicou que, devido a isso, a investigação pode demorar mais, pois pode ser necessária a opinião de vários profissionais.

Por medo, igreja está fechada

A Igreja Batista Vida e Paz, que era liderada pelos pastores George Alves e Juliana Salles, está fechada há, pelo menos, sete dias. É o que revelaram vizinhos do templo, que fica no bairro Interlagos, em Linhares.

A reportagem da TV Gazeta Norte esteve no local à tarde e encontrou o portão trancado com corrente e cadeado. As placas de identificação foram retiradas.

Vizinhos acreditam que as faixas foram removidas na madrugada de ontem. Uma fonte também revelou que os fiéis estão se reunindo todo domingo na casa de um membro diferente da igreja, pois estão com medo de retaliação desde que o local foi depredado.

Um dos frequentadores esteve na 16ª Delegacia Regional de Linhares, na semana passada, para registrar um boletim de ocorrência dando conta que um vândalo tentou retirar as faixas do templo e ainda tentou abrir o cadeado. Os pastores não foram localizados para comentar o caso.

Em 20 dias, mais de 22 testemunhas prestaram depoimento

Vinte dias após a morte dos irmãos Kauã Salles, de 6 anos, e Joaquim Alves, de 3 anos, pelo menos 22 pessoas prestaram depoimento ou foram ouvidas pela Polícia Civil durante as investigações. O caso está sob sigilo de Justiça.

Entre as pessoas que prestaram depoimento estão a mãe das crianças, a pastora Juliana Salles, e o pastor George Alves, preso desde 28 de abril em Viana.

Segundo a Polícia Civil, George jogou papéis, livros

e outros objetos no local da tragédia, mesmo com o quarto isolado. A polícia acredita que trata-se de uma conduta prejudicial para a coleta de elementos. Os depoimentos do pastor também seriam “contraditórios e inconsistentes”.

Ao todo, foram realizadas cinco perícias na casa. A primeira foi feita no dia do incêndio, 21 de abril. A última foi no dia 2. Em uma delas, foi feita análise com o reagente luminol, que indicou vestígios de sangue.

Além disso, um carro usado pelo pastor foi apreendido. O Classic, de cor preta, é de um membro da igreja. Foi realizada uma perícia com luminol e depois o automóvel foi devolvido ao dono. Imagens de câmeras de segurança da rua e de outros lugares que George frequentou após a morte dos meninos foram recolhidas.

Ontem, dois bombeiros que estiveram na casa no dia da tragédia prestaram depoimento por duas horas e, na saída, não conver-



Joaquim, 3, e Kauã, 6, morreram após o incêndio

saram com a imprensa. Novas testemunhas devem ser ouvidas. A reportagem procurou a advogada Taycê Aksacki, que faz parte da defesa de George, para saber se foi feito um novo pedido de habeas corpus para o acusado, já que o primeiro foi negado. Ela preferiu não se manifestar.

Participaram desta reportagem: Brunela Alves, Eduardo Dias, Kaique Dias, Loreta Fagionato e Samira Ferreira

CARLOS ALBERTO SILVA

FRIDEBERTO VIEGA/TV GAZETA

FACEBOOK/GEORGE ALVES

Reportagem Especial

TRAGÉDIA EM LINHARES

"Tá doendo"

Sem a presença do pastor George, que está preso, a mãe das crianças entrou em desespero durante o enterro dos filhos

Francine Spinassé
Simony Giuberti
Wilton Junior

Carregada por amigos, familiares e membros da igreja. Foi dessa forma que a pastora Juliana Sales deixou o cemitério São José, no bairro Interlagos, após o enterro dos filhos, Joaquim Alves Sales, 3, e Kauã Sales Butkovsky, 6, na manhã de ontem, em Linhares, Norte do Estado.

"Tá doendo. Não estou acreditando, pai", dizia a pastora, abalada e chorando sem parar, enquanto abraçava o pai, Wagnel Sales, no momento em que os filhos eram enterrados.

As crianças morreram carbonizadas no quarto onde dormiam, no Centro da cidade, no último dia 21 de abril. O pastor Georgeval Alves Gonçalves, 36, conhecido como pastor George, pai de Joaquim e padrasto de Kauã, era o único que estava na casa com as vítimas.

Ele está preso no Centro de Detenção Provisória de Viana II, desde o dia 28 de abril e não participou da cerimônia. Os corpos dos meninos só foram enterrados 19 dias após a tragédia, pois passaram por exames no Departamento Médico Legal (DML) de Vitória.

Às 8h20 de ontem, os caixões com os corpos das crianças foram colocados em um carro da funerária e seguiram para o cemitério. O veículo foi acompanhado de uma radiopatrulha da Polícia Militar e chegou para o sepultamento às 8h35. Centenas de pessoas aguardavam. Muitas choravam, se abra-

çavam e tentavam consolar as mães abaladas.

Assim que Juliana chegou, todos caminharam até a sepultura reservada para as crianças. Os caixões dos irmãos foram colocados juntos. Nesse momento, a pastora ajoelhou-se na frente do túmulo.

"Tá doendo, pai. Meu Deus do céu, pai. Deixa ver eles, pai. Não me segura não, eu quero ver eles", gritava a pastora, que ainda lembrou da filha, Helena, que morreu há cerca de dois anos, quando tinha apenas três meses de vida.

"De novo isso, pai? Eu não estou acreditando, não. Eu não estou acreditando, eu não quero sair", dizia a pastora.

A mãe das crianças chegou a passar mal no momento em que deixava o cemitério.

PASTORA JULIANA SALES é amparada pelo pai, Wagnel Sales, a mãe Maria Aparecida e membros da igreja, durante o enterro de Joaquim Alves Sales e Kauã Sales Butkovsky (destaques)



Homenagens com balões e flores

Os irmãos Joaquim Alves Sales, de 3 anos, e Kauã Sales Butkovsky, 6, foram enterrados com diversas homenagens feitas por familiares e conhecidos.

Balões brancos, coroas de flores e fotos das crianças foram usadas na despedida dos dois meninos, que morreram em um incêndio na casa onde moravam, no último dia 21 de abril. O cemitério São José, em Linhares, ficou lotado por moradores e parentes das vítimas.

Depois que a mãe das crianças, a pastora Juliana Sales, foi retirada da frente do túmulo, o comerciante Rainy Butkovsky, de 31 anos, pai biológico de Kauã, se aproximou

da sepultura com amigos e familiares. Juntos, eles fizeram uma oração pelos meninos.

O pai foi abraçado e chorou ao dar o último adeus ao filho. Os balões brancos foram estourados ao final da oração.

"Hoje, precisamos do consolo que o Senhor prometeu, meu Pai. Para que o Espírito Consolador, que conhece o nosso íntimo, traga paz ao nosso coração. Eu Te peço, em nome de Jesus, que se cumpra a Sua palavra, meu Deus, pois o Senhor disse que estaria com cada um de nós todos os dias, e nessa hora, nós precisamos desesperadamente", disse um familiar de

Rainy, em oração.

Ele pediu conforto para as famílias. "Conforte nossos corações, Senhor, pois precisamos do Seu auxílio. Eu sei que o choro dura uma noite. Mas, às vezes, essa noite é bem longa. Mas a alegria é a promessa do Senhor e ela vem pela manhã. Eu Te peço, interceda por nós, precisamos muito. Guarda-nos Deus, como o coração da Ju (pastora Juliana), do Rainy, do rapaz lá (pastor George)... em nome de Jesus fica conosco Pai", declarou.

O enterro terminou por volta das 10 horas. Familiares da pastora Juliana Sales não quiseram dar entrevistas.

CENAS DA DESPEDIDA



PASTORA JULIANA SALES é amparada pelo pai, Wagnel Sales, durante enterro dos filhos Joaquim Sales e Kauã Sales Butkovsky.



RAINY BUTKOVSKY, pai biológico de Kauã, se aproximou da sepultura com familiares. Ao final, fizeram uma oração pelos meninos.



CARREGADA por amigos e membros da igreja, a pastora Juliana Sales foi levada para casa de parentes, onde está hospedada.

Reportagem Especial

TRAGÉDIA EM LINHARES

Fiéis dão proteção para a pastora

Corrente humana permaneceu ao redor de Juliana Sales durante o enterro e também quando ela deixou o cemitério

Vestidos de preto, amigos e membros da igreja da pastora Juliana Sales, deram as mãos e fizeram um círculo em torno do carro que levou Juliana ao cemitério São José, no bairro Interlagos, em Linhares.

A corrente humana, para proteger a pastora, permaneceu ao redor dela durante todo o sepultamento e também quando Juliana deixou o local com dificuldades para andar em meio à multidão que se aglomerou no cemitério.

Ela chegou a ser amparada por membros da igreja ao passar mal durante o enterro.

Mesmo com toda comoção, em torno da tragédia com os irmãos

Joaquim Alves Sales, 3, e Kauã Sales Butkovsky, 6, a despedida aconteceu sem transtornos e foi acompanhada de perto pela Polícia Militar.

Igreja

A fachada da Igreja Batista Ministério Vida e Paz, localizada na avenida Vasco Fernandes Coutinho, no bairro Interlagos, que era liderada pelo pastor George Alves, pai de Joaquim e padrasto de Kauã, amanheceu, ontem, sem as placas de identificação.

O banner foi retirado e os portões também estavam fechados de cadeado.

Nenhum membro da congregação quis falar com a reportagem sobre o assunto. Segundo vizinhos do templo, há pelo menos uma semana, não há movimentação de cultos no local.

Advogados que fazem a defesa dos pastores Juliana Sales e George Alves também foram procurados, ontem, mas não quiseram comentar o assunto.

A junta de advogados, que reúne



MEMBROS DA IGREJA estiveram ao lado da pastora Juliana Sales do início ao fim do enterro dos filhos dela

cinco profissionais voluntários, não tem se manifestado sobre a parte processual da prisão temporária (de 30 dias) de George.

Ele está no Centro de Detenção Provisória de Viana II há 13 dias e teve negado pela Justiça, no último final de semana, o pedido de liberdade feito pela defesa.

Moradores lotam cemitério

Além de amigos e familiares, centenas de pessoas foram estive-ram no cemitério São José, em Linhares, Norte do Estado, para acompanhar o enterro dos irmãos Joaquim Alves Sales, de 3 anos, e Kauã Sales Butkovsky, 6, que morreram carbonizados, no último dia 21 de abril, em um incêndio que aconteceu na casa onde moravam, no Centro da cidade.

O enterro foi marcado por muita emoção e tristeza e os moradores se diziam chocados. A servente Vanusa de Oliveira, de 46 anos, não conhecia as crianças, mesmo assim foi se despedir das vítimas.

"Só conhecia o pastor de vista. É um caso que chocou muito os moradores de Linhares. Eu não tenho filhos, mas tenho sobrinhos e deve ser muito difícil passar por isso. Eu saí um pouquinho do meu trabalho, que fica aqui perto, e fiz questão de vir ao cemitério para orar por esses anjos, que se foram nessa tragédia", destacou a servente Vanusa.

Ela afirmou ainda que está acompanhando o caso e que espera que a polícia consiga esclarecer o que aconteceu.

"A cidade está mobilizada. A gente espera que a justiça seja feita

ta, caso o pastor seja mesmo culpado de alguma coisa. Isso a polícia vai descobrir com o tempo. Eu só vim mesmo ao cemitério por causa dos dois anjinhos".

A professora Maria da Gilda, de 49 anos, também foi ao cemitério para orar pelas crianças.

"É um caso que choca muito a

gente. Não cheguei a conhecer as duas crianças, mas eu sou mãe e avó e estou sensibilizada com o caso. Mexeu muito comigo toda essa situação, ainda mais quando soube que existia a possibilidade de ser um crime. Espero que o enterro dê um pouco de conforto para a mãe".



EMOÇÃO NO ENTERRO: familiares e amigos ficaram muito abalados



POLICIAIS MILITARES acompanharam a cerimônia no cemitério São José

Esquema de segurança com 12 militares no enterro

Apesar da advogada de defesa, Taycê Aksacki, ter confirmado o pedido à Polícia Militar de escolta para Juliana Sales, mãe de Kauã e Joaquim, o comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, em Linhares, tenente-coronel Werison Risperi, negou ontem que tenha disponibilizado um efetivo, especificamente, para a segurança pessoal da pastora na cerimônia de sepultamento dos seus dois filhos.

"Não foi uma escolta, mas sim um serviço de rotina da PM para garantir o direito da mãe de entrar com os seus filhos. Fizemos a segurança no local de uma forma geral", afirmou o comandante Risperi.

Durante o sepultamento dos dois irmãos, no cemitério São José, no bairro Interlagos, a PM disponibilizou duas viaturas da Força Tática, com quatro militares em cada uma delas, e outras duas radiopatrulhas, com mais dois policiais em cada viatura, totalizando um efetivo de 12 homens.

"Resguardamos a segurança dos parentes, familiares, de amigos e

também da imprensa. Afinal, os familiares mereciam uma cerimônia de sepultamento dos entes queridos que ocorresse com tranquilidade e dignidade, sem atropelos, pois é um momento de se respeitar a dor dos que ali compareceram. Para isso, utilizamos uma equipe de serviço com o efetivo normal de rotina", assegurou o tenente-coronel.

Ele disse também que militares foram mantidos na parte externa e que os policiais que atuaram no interior do local onde ocorreu o sepultamento foram destacados para ajudar os funcionários da administração do cemitério a organizar a cerimônia de enterro das duas crianças, voltando a negar que estariam fazendo a escolta da pastora Juliana Sales.

A advogada Taycê Aksacki afirmou na última quarta-feira que o pedido feito à Polícia Militar se deu para garantir a integridade física de Juliana, devido aos inúmeros comentários maldosos pela cidade e nas redes sociais.

A cidade está mobilizada. A gente espera que a justiça seja feita

Vanusa de Oliveira, de 46 anos, servente

Reportagem Especial

TRAGÉDIA EM LINHARES

Laudos podem apontar a causa da morte dos irmãos

Declarações de óbito dos irmãos Joaquim e Kauã apontaram a causa de morte como indeterminada, após liberação dos corpos

Mesmo com as declarações de óbito dos irmãos Joaquim Alves Sales, 3 anos, e Kauã Sales Butkovsky, 6 anos, apontando como "indeterminada" a causa da morte das crianças, segundo especialistas, o documento é uma formalidade para que os corpos sejam enterrados até que os resultados de exames saiam.

Eles explicaram que um laudo cadavérico, que reúne a necropsia dos corpos e exames laboratoriais, poderá apontar o que matou os irmãos na madrugada do dia 21 de abril. A Polícia Civil não informou um prazo para que o laudo seja concluído.

O advogado e professor Christiano Menegatti explicou que a declaração de óbito, emitida pelo Departamento Médico Legal e divulgada ontem, é uma formalidade para realização do enterro. "Isso não muda em nada as investigações. Só com o final dos exames, o término do trabalho de necropsia, é que poderá se chegar à conclusão da causa da morte."

O médico legista e cirurgião José Carlos Frasson, que por sete anos trabalhou no DML, explicou que o prazo para que o laudo cadavérico fique pronto dependerá da complexidade dos exames realizados.

"O que se busca é saber, por exemplo, se essas crianças estavam vivas ou mortas quando o fogo começou. Se estavam vivas, estavam lesionadas ou dopadas? Nem sempre se consegue responder isso apenas com a necropsia. Por isso, são feitos exames complementares."

Ele explicou que nem sempre esses exames são simples, pois depende do estado em que os corpos foram encontrados. "Há situações



FUNERÁRIA DE LINHARES: caixão com o corpo de uma das crianças mortas em incêndio dentro de casa

em que os corpos queimam mais por fora ou, em outros, são totalmente carbonizados. Se for possível, é realizado exame na urina, bexiga, no sangue do coração ou artéria ou material do estômago."

Sem citar diretamente o caso, ele ressaltou que há situações em que não se consegue estabelecer, ao final, uma causa. "O objetivo de quem comete um crime seguido de um incêndio é apagar rastros. Isso dificulta a perícia e aumenta a chance de impunidade."

O advogado criminalista José Renato Martins enfatizou que além dos exames dos corpos, o exame do local do crime e depoimentos de testemunhas direcionam a autoridade policial no sentido de indiciar ou não o pastor.

OPINIÕES



“ Só com o final dos exames, o término do trabalho de necropsia, é que poderá se chegar à causa da morte ”

Christiano Menegatti, advogado



“ Os exames dos corpos e do local do crime vão direcionar o delegado a indiciar ou não o pastor ”

José Renato Martins, adv. criminalista



BOMBEIROS trabalham no rescaldo do incêndio na casa onde morreram as crianças

Bombeiros são ouvidos

Ao mesmo tempo em que os corpos dos irmãos Kauã e Joaquim eram sepultados, na manhã de ontem, no cemitério São José, em Linhares, as investigações sobre o incêndio, no último dia 21 de abril, no quarto onde os dois irmãos dormiam, tiveram continuidade na Delegacia Regional de Linhares (DRL), no bairro Três Barras.

Dois bombeiros militares, que atuaram no combate ao incêndio na casa do pastor George Alves, preso desde o dia 28 no Centro de Detenção Provisória de Viana II, foram ouvidos pela manhã — por mais de duas horas —, pelos delegados que compõem a equipe de investigação sobre as mortes das crianças. Os dois militares saíram da delegacia sem falar com a imprensa.

A reportagem apurou ainda que, no dia do incêndio, 10 bombeiros trabalharam na operação que teria durado cerca de 5 minutos. Fontes do Corpo de Bombeiros em Linhares disseram que ao chegar ao lo-

cal, a equipe já teria encontrado todo o quarto queimado, com queda de partes de uma parede e o forro de gesso já caído sobre o chão.

A porta do quarto onde dormiam as crianças já havia sido consumida pelas labaredas que ficaram restritas apenas ao cômodo onde estavam Joaquim e Kauã.

Quando chegaram ao local, os bombeiros afirmam que já teriam encontrado os irmãos Joaquim e Kauã sem vida.

Na última quarta-feira, um jovem também foi intimado a prestar depoimento ao delegado Romel Júnior, responsável pelo inquérito. Ele ficou por cerca de 50 minutos no gabinete do delegado e deixou o local sem se pronunciar sobre o teor do interrogatório. O nome dessa testemunha não foi divulgado.

As investigações prosseguem, entretanto, o delegado Romel Júnior mantém o inquérito sob sigilo de Justiça.

ENTENDA O CASO

Incêndio

> NA MADRUGADA de 21 de abril os irmãos Joaquim Alves Sales, de 3 anos, e Kauã Sales Butkovsky, 6 anos, morreram em um incêndio que destruiu o quarto onde dormiam, no Centro de Linhares.

> O PASTOR Georgeval Alves Gonçalves, 36 anos, pai de Joaquim e padasto de Kauã, era o único adulto na residência. Ele alega que foi acordado pela babá eletrônica com as crianças gritando: "Pai, pai, pai!".

> A POLÍCIA, fiéis da igreja e à imprensa, o pastor alegou que tentou salvar os filhos e chegou a queimar as mãos e os pés. A mãe das crianças, a pastora Juliana Salles, estava em Minas Gerais com o filho caçula da família.

Perícias

> DESDE O DIA DO INCÊNDIO, várias etapas de perícias foram realizadas. Os primeiros trabalhos foram feitos pelo Corpo de Bombeiros e pela perícia técnica que, inicialmente, tratava o fato como suspeita de pane elétrica. No último dia 24, peritos da polícia técnico-científica foram ao local.

Terceira etapa da perícia

> FOI REALIZADA NO IMÓVEL no dia 27. O trabalho contou com a aplicação do "Blue Star", substância que identifica a presença de sangue, assim como o "Luminol".

Quarta etapa da perícia

> NO DIA 30, uma equipe da Perícia de Incêndio e Explosão do Corpo de Bombeiros de Vitória fez novos exames. Materias foram recolhidos.

Quinta e sexta etapas da perícia

> No dia 2 de maio, novos exames periciais foram realizados na casa e o ar-condicionado foi levado pelos bombeiros. O carro do pastor também foi periciado, com uso do "Blue Star".

Depoimentos à polícia

> DESDE A TRAGÉDIA, várias testemunhas prestam depoimentos. O pastor foi ouvido nos dias 23 e 24 de abril. Já a pastora Juliana depois no dia 25 e voltou a ouvi-la no último dia 3.

Prisão do pastor

> NO DIA 28 DE ABRIL, o pastor George foi preso para não atrapalhar as investigações. A prisão é temporária (30 dias). A polícia diz que ele teria alterado a cena onde ocorreu o incêndio (retirando objetos), também teria dado depoimentos contraditórios, cujo teor não foi revelado. Exames mostraram que não havia quemimadura em seu corpo.



PASTOR George Alves está preso

PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Fux pede vista em julgamento sobre reforma trabalhista

A PGR diz que nova lei restringiu o acesso de pessoas de baixa renda à Justiça do Trabalho

« O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o julgamento sobre a ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra dispositivos da reforma trabalhista do governo Michel Temer. A discussão foi interrompida após o pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro Luiz Fux. Até agora, votaram somente o relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, e Edson Fachin, que divergiram sobre a abrangência do acesso à gratuidade na Justiça trabalhista. Não há previsão de quando o plenário voltará a discutir o tema.

A PGR entende que as normas criadas pela reforma restringiram o acesso

de pessoas de baixa renda à Justiça do Trabalho. Primeiro a votar, Barroso se posicionou pela manutenção das inovações trazidas pela reforma trabalhista.

A nova lei define que o beneficiário da justiça gratuita, ao perder uma ação, precisa pagar os custos de honorários advocatícios e periciais da parte vencedora quando ganha algum tipo de benefício.

Barroso sugeriu que a cobrança não ultrapasse 30% do valor líquido dos créditos recebidos. E disse que o trabalhador só pagará esse 30% das custas se ganhar na causa mais de R\$ 5.645,80, o teto do INSS.

Já Fachin afirmou que as limitações impostas pela reforma para o acesso gratuito à Justiça do Trabalho afrontam a Constituição. (Agência Estado)

PARA INSTÂNCIA INFERIOR

Barroso tira inquérito de Vidigal do STF

Deputado é alvo de requerimento da PGR sobre contrato firmado quando era prefeito

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhou para instância inferior um inquérito contra o deputado federal Sérgio Vidigal (PDT) que investiga indícios de irregularidades na contratação direta de uma empresa para a gestão dos serviços de saúde da Serra em 2010, quando Vidigal era prefeito do município.

O redirecionamento vai ao encontro da decisão do STF de restringir o foro privilegiado dos membros do Poder Legislativo Federal. Barroso aplicou seu próprio entendimento de que só devem permanecer no STF processos que tratem de suspeitas de crimes cometidos por deputados federais e senadores durante os mandatos e que estejam relacionados ao cargo.

Ainda não é possível saber para qual instância o inquérito 4643-STF, aberto em novembro de 2017, foi encaminhado. Em nota, o advogado de Vidigal, Willer

Tomaz, afirma que não se trata de um inquérito instaurado, mas sim de um requerimento apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para que os fatos sejam investigados. O caso refere-se à contratação sem a exigência de licitação da empresa MV Sistemas LTDA, "cujo objetivo era qualificar a gestão dos serviços de saúde por meio da utilização de ferramentas de tecnologia da informação".

O advogado defende que Vidigal não cometeu irregularidades e diz que na administração do ex-prefeito a Serra obedecia ao sistema de gestão desconcentrada, por meio do qual cabia a cada secretaria a ordenação de suas próprias

TUDO CERTO

"Todo procedimento de contratação foi integralmente chancelado pela Procuradoria do município"

WILLER TOMAZ
ADVOGADO DO
DEPUTADO SÉRGIO
VIDIGAL (PDT)

despesas e autorização de pagamentos respectivos.

"Todo procedimento de contratação foi integralmente chancelado pela Procuradoria do município, órgão técnico responsável pela consultoria jurídica do executivo municipal, que se manifestou quanto à legalidade e licitude do feito", pontua em nota.

SEGUNDO

Vidigal é o segundo parlamentar do Espírito Santo a ser afetado pela restrição do foro. O primeiro foi o deputado federal Helder Salomão (PT). Ele, que é réu em uma ação penal, acusado de ter concedido inúmeras permissões de táxi de maneira ilegal quando era prefeito de Cariacica, teve seu processo remetido para a primeira instância pelo ministro Dias Toffoli.

Além do inquérito contra Vidigal, o ministro Barroso encaminhou ontem outros oito processos para instâncias inferiores: três deles contra o deputado federal Andres Sanchez (PT-SP); um contra o deputado Benito Gama (PDT-BA) e um inquérito que investiga o deputado Zeca Cavalcanti (PTB-PE).



Sérgio Vidigal é o segundo deputado federal capixaba que tem caso enviado

Supremo mantém foro de ações de improbidade na 1ª instância

◀ O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a regra segundo a qual não existe foro privilegiado em processos de improbidade administrativa. Assim, juízes de primeira instância continuam sendo responsáveis por julgar esse tipo de ação, mesmo quando os alvos são parlamentares e ministros. Foram nove votos a um pela manutenção da norma atual. A decisão foi tomada uma semana depois de o STF ter restringido o foro privilegiado em ações criminais.

A Corte analisou um pedido feito pelo ministro da

Casa Civil, Eliseu Padilha. Em 2004, quando era deputado federal, a defesa quis tirar da primeira instância e levar ao STF um ação de improbidade contra ele. O relator, o então ministro Ayres Britto, negou o pedido, mas houve recurso.

Com a aposentadoria de Britto, a relatoria foi para Teori Zavascki.

O plenário da Corte começou a analisar o recurso em novembro de 2014, quando Teori, que viria a falecer em janeiro de 2017, votou a favor de Padilha. Já naquela época, ele disse ser contrário à extensão do

foro privilegiado no Brasil, mas entendeu que era a regra vigente.

Teori argumentou que um juiz de primeira instância não pode julgar uma autoridade com foro em ações de improbidade, uma vez que sua decisão pode levar à perda do cargo. afirmou ainda que esse tipo de ação, embora não seja penal, tem relação com a esfera criminal. Na ocasião, o ministro Luís Roberto Barroso pediu vista e adiou a conclusão do julgamento, que foi retomado apenas ontem. (Agência O Globo)

CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Barroso manda baixar inquéritos de Vidigal

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso baixou para instâncias inferiores ontem sete processos parlamentares que estavam sob sua relatoria. Para ele, os supostos ilícitos não teriam sido no mandato ou em função do cargo atual.

Um deles é o Inquérito 4643, do deputado federal Sérgio Vidigal (PDT), no qual ele é investigado por suposta irregularidade na contratação de uma empresa enquanto era prefeito da Serra.

Um segundo inquérito apura desvio de verbas da Prefeitura da Serra para o financiamento eleitoral.

A assessoria do deputado informou que os inquéritos são frutos de divergências políticas, sem

fundamentos legais, e que Vidigal está convicto de as denúncias serão arquivadas.

Após a restrição do foro privilegiado para deputados e senadores, os ministros do STF já enviaram 57 processos – entre ações penais, inquéritos e pedidos de abertura de investigação – para instâncias inferiores.

Barroso encaminhou, além do processo de Vidigal, os dos deputados Benito Gama (PDT-BA), Andrés Sanchez (PT-SP), Beto Mansur (PMDB-SP), Rogério Marinho (PSDB-RN), Zeca Cavalcanti (PTB-PE) e do senador Zezé Perella (PMDB-MG).

Mais cedo, o ministro Celso de Mello enviou outros seis processos para outras instâncias.



VIDIGAL disse que espera que as denúncias contra ele sejam arquivadas

divulgação - 08/04/2018

CERCO DA POLÍCIA FEDERAL

Caçada contra crimes na internet

Quadrilha que tinha atuação no Estado usava a internet para incentivar crimes como racismo, estupro e até terrorismo

Eliane Proscholdt

Dando sequência a uma investigação iniciada em 2012, a Polícia Federal deu ontem mais um importante passo para desarticular uma quadrilha que vem realizando crimes na internet, como racismo, incitação ao ódio, ao estupro e até mesmo ao terrorismo.

No Espírito Santo, em Riviera da Barra, Vila Velha, foi cumprido um mandado de busca e apreensão na casa de um servidor público municipal, de 41 anos, cujo nome não foi divulgado pela polícia. Na residência foi apreendido um celular, um notebook, pendrives e um HD.

Mandados também foram cumpridos em Curitiba (PR) - incluindo um de prisão -, Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Recife (PE) e Santa Maria (RS).

Em 2012, o analista de sistemas Marcelo Mello, que mora em Curitiba, e outro acusado foram presos pela Polícia Federal do Paraná, suspeitos de alimentar sites com mensagens que incitavam a violência contra negros, homossexuais, mulheres, nordestinos e judeus, e de incentivar o abuso sexual de menores.

No entanto, após três anos eles saíram da cadeia e teriam se associados a outras pessoas para praticar crimes por meio dos mesmos sites e fóruns na internet que costumavam utilizar, tendo inclusive criado novos ambientes virtuais para a prática desses delitos.

Marcelo foi preso novamente ontem na operação batizada de Bravata. Sua prisão é preventiva. Os demais suspeitos de integrar a quadrilha, incluindo o servidor capixaba, são investigados.

O delegado federal do Paraná, Flávio Augusto Palma Setti, que coordenou a operação, citou alguns exemplos de postagens e fotos que eram compartilhadas no mundo virtual (em sites e nas redes sociais).

"Entre as postagens, eles diziam: 'Nem toda mulher gosta de ser estuproada, só as normais. Estupre e mate. Queimem todos os homossexuais e acabem com a Aids. Estuprar lésbicas é uma questão de honra, glória e bem estar social.'"

Sobre o terrorismo, o delegado explicou que não foram encontrados materiais explosivos. "Eles faziam ameaças a autoridades de diversos poderes, como policiais, juizes, procuradores. Além disso, encaminhavam mensagens para universidades e órgãos públicos. Diziam: 'se não fizer o que estou pedindo vou colocar uma bomba para matar centenas de pessoas.'"



POLÍCIA FEDERAL / DIVULGAÇÃO

A POLÍCIA fez buscas em seis estados, incluindo o Espírito Santo, onde a casa de um servidor público municipal, de 41 anos, foi revistada em Riviera da Barra, Vila Velha. Ele seria o proprietário e moderador de grupos criados na internet e usava a identificação de "Homer Festeiro" em suas páginas na rede

Imagens violentas iam para sites

Junto às postagens em sites e redes sociais incentivando a prática de crimes violentos, os acusados usavam ilustrações classificadas como "muito fortes" pela polícia.

A maioria dos conteúdos era divulgado em sites abertos. Mas, para não deixar muitos rastros, eles retiravam esses sites do ar de tempos em tempos e criavam novos endereços.

"Eles pregavam ideais racistas, discriminatórios. Um dos principais focos eram o ódio às mulheres. Todos esses tópicos eram ilustrados com imagens muito fortes, como pessoas esquartejadas, imagens de mulheres amarradas, em situações de violência muito evi-

dententes", declarou o delegado Flávio Augusto Palma Setti.

Os dois presos, em 2012, foram acusados de integrar inicialmente um grupo intitulado "Homens Sanctos" e usavam um site e redes sociais para divulgar conteúdo racista e neonazista, incitando a violência contra negros, homossexuais e mulheres, além de incitar crimes como estupro e homicídio.

SERVIDOR

Pelas investigações, o servidor que mora em Vila Velha seria o proprietário e moderador de grupos criados na internet e usava a identificação de "Homer Festeiro" em suas páginas.

À polícia, ele confessou usar essa identificação, mas negou ser integrante do grupo "Homens Sanctos". Ele também declarou que não é criador ou moderador de páginas com conteúdos que fazem apologia ao crime, como "Mulher gosta é de homem babaca" e "Contrafeminismo".

Os acusados investigados vão responder por associação criminosa, ameaça, racismo e incitação ao crime, já que, segundo a polícia, nos sites e fóruns mantidos na internet eles incentivam a prática de estupro e o assassinato de mulheres e negros, além de terrorismo. A soma das penas podem chegar aos 39 anos de prisão, se condenados.

ANÁLISE

Eduardo Pinheiro Monteiro, especialista em Crimes Virtuais e mestrando em Políticas Públicas



"Ações deixam pegadas digitais"

"Infelizmente, a internet tem sido cada vez mais utilizada para disseminar o ódio, seja contra mulheres, homossexuais, negros ou refugiados. A falsa impressão de anonimato e a comodidade que essa tecnologia oferece são os fatores que influenciam na decisão de criação de um perfil falso ou um e-mail com pseudônimo para espalhar boatos, fofocas ou outras manifestações de ódio.

Todavia, embora a Constituição Federal e o Marco Civil da Internet tenham consagrado a liberdade de expressão, esta possui limites e não pode ser exercida para incitar o ódio.

Certamente quem opta por esse comportamento na internet fez a escolha errada, pois todas as ações no mundo virtual deixam 'pegadas digitais'. Ainda que o agressor utilize alguma técnica para mascarar a identificação, por procedimentos específicos e engenharia reversa a polícia consegue rastrear e identificar o internauta hostil.

O crime não compensa em ambiente algum, mas buscar a internet para praticar esses crimes de ódio e segregação, certamente é um grande equívoco por parte do transgressor."

SAIBA MAIS

Operação Bravata mobilizou 60 policiais



OPERAÇÃO prendeu uma pessoa

A operação

> CERCA de 60 policiais federais participaram da Operação Bravata, que significa intimidação, ação ou dito de quem faz ameaças de maneira insolente; modo de agir de quem faz alarde de uma coragem que não possui.

Divulgação na internet

> A MAIORIA dos conteúdos era divulgada em sites abertos, que periodicamente mudavam de endereço para despistar a polícia. A quadrilha também usava a deep web, espaço da internet que não é acessado pelo usuário convencional e cujo conteú-

do não aparece em sites de busca.

Penas

> SEM SODADOS os crimes, as penas podem chegar a 39 anos de prisão. Somente o de terrorismo, com ameaças a autoridades e de jogar bombas em órgãos públicos e universidades, prevê pena de até 30 anos.
> O DELEGADO Flávio Augusto Palma Setti explicou que o simples fato de ameaçar, ainda que não tenha sido feito nenhum ato concreto, já configura crime de terrorismo.
> A UFES informou que não teve nenhum registro de ameaça de bomba.

RIO DE JANEIRO

Vereador, PM e ex-PM são investigados por morte de Marielle

Ministro da Segurança Raul Jungmann diz que caso está chegando em sua etapa final

RIO E BRASÍLIA

« O ministro Raul Jungmann, da Segurança Pública, confirmou ontem que o vereador, o PM e o ex-PM, apontados por testemunha do caso Marielle Franco (PSOL), estão entre os investigados pelo assassinato da vereadora. Jungmann disse que o caso “está chegando em sua etapa final” e que em breve a investigação apresentaria resultados.

“O que eu posso dizer é que estes e outros todos são investigados e que a investigação no caso Marielle está chegando na sua etapa final. Eu acredito que em breve nós vamos ter resultados” respondeu o ministro após ser questionado.

O ministro voltou a falar sobre o envolvimento de milícias no caso. “Eu disse lá

atrás, vocês devem se recordar, que tudo apontava para as milícias. Não estou dizendo que são esses especificamente”, disse.

PM NO CARRO

Ontem, o jornal “O Globo” noticiou que um policial lotado no 16º BPM (Olaria) e um ex-PM do batalhão da Maré participaram da execução, de acordo o depoimento da testemunha-chave do crime – a mesma que envolveu o vereador Marcelo Siciliano (PHS) no caso.

A dupla, segundo ela, estava, com outros dois homens, no Cobalt prata usada na execução. Segundo o delator, eles são ligados ao miliciano Orlando Oliveira de Araújo, o Orlando de Curicica, que atua na Zona Oeste e que, de acordo com a testemunha, participou da trama para matar Marielle, junto com Siciliano.

O Globo apurou que esses dois homens já se envol-

veram, em junho de 2015, em outra execução com características semelhantes à de Marielle, também a mando de Orlando de Curicica, de acordo com o Ministério Público do Rio. Os nomes dos acusados estão sendo preservados para não atrapalhar as investigações.

O delator disse ainda que o miliciano, hoje preso em Bangu 9, teria usado o celular de um outro preso, Charle Dickson Ferreira da Silva, para dar a ordem para executar a vereadora.

Orlando de Curicica contou a seu advogado Renato Darlan que recebeu ameaça de morte. Há cerca de um mês, diz o advogado, o cliente relatou que um carcereiro teria recebido uma proposta de R\$ 1 milhão para envenená-lo.

CARTA

Em carta escrita dentro do presídio, Orlando nega que tenha ajudado a plane-

jar a morte da vereadora e afirma que “nunca tinha ouvido falar dela”. No documento, divulgado pelos advogados de defesa de Orlando, ele afirma não ter “qualquer envolvimento com este crime bárbaro”. Segundo o advogado, a carta foi entregue anteontem. De acordo com Darlan, Orlando diz que a testemunha que o acusa seria, na verdade, um rival.

Ontem à noite, a polícia realizou a reconstituição do crime. Quatro ruas foram fechadas e a região foi cercada com um plástico preto de 4 metros de altura. Os trabalhos começaram pouco depois das 22h e mobilizaram mais de 200 homens da polícia e das Forças Armadas.

Marielle Franco, vereadora pelo PSOL, foi morta no dia 14 março



RENAN OLAZ/CMRU



FACHIN votou favorável a garantir acesso gratuito à Justiça para todos

REFORMA TRABALHISTA

Dois ministros votam a favor de mudar lei

Fachin defendeu o fim da regra que obriga empregado a pagar o advogado da empresa, e Barroso votou por manter, mas como limite

RIO

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) começaram ontem a discutir regras da reforma trabalhista que restringiram as hipóteses de gratuidade para trabalhadores pobres em processos judiciais movidos contra seus empregadores.

A sessão foi dedicada ao julgamento de uma ação da Procuradoria Geral da República (PGR) contra a obrigação de um empregado de baixa renda pagar honorários de advogados e peritos que atuaram no processo trabalhista, caso saia perdedor na causa.

A reforma aprovada em 2017 diz que o trabalhador deve arcar com esse custo se ficar em condição de baixa renda dois anos após a decisão e ainda com créditos que obtiver na mesma ação ou em outro processo ganhar a causa.

No julgamento, houve dois vo-

tos: do relator, Luís Roberto Barroso, propondo mudanças nas regras; e de Edson Fachin, defendendo derrubar integralmente os limites. A análise foi interrompida por um pedido de vista de Luiz Fux, que quer mais tempo para analisar a questão — não há data para retomada do julgamento.

Em seu voto, Barroso defendeu a manutenção das regras, mas com dois limites: o trabalhador que perder só pagará se tiver crédito trabalhista superior a R\$ 5.600 e arcará só com 30% do que receber além desse montante.

Em seu voto, Barroso disse que as novas regras buscaram reduzir a "litigância fútil", criando ônus para os trabalhadores que acionam o Judiciário com má-fé. Por outro lado, propôs limites para preservar o mínimo necessário para o trabalhador se manter.

Na sequência, votou Fachin, defendendo derrubar as regras. Ele argumentou que a gratuidade da Justiça é um direito fundamental, pois busca assegurar direitos já negados numa relação de trabalho.

No voto, Fachin também defendeu eliminar regra que obriga o trabalhador a pagar custas de um processo quando deixa de comparecer à primeira audiência sem justificativa.

ENTENDA

Fux pediu vista do processo

> A AÇÃO julgada pelo STF questiona a necessidade de trabalhador de baixa renda pagar honorários de advogados e peritos, caso saia perdedor.

> DOIS MINISTROS votaram: Luís Ro-

berto Barroso, propondo mudar parcialmente as regras; e Edson Fachin, defendendo alterar totalmente.

> LUIZ FUX pediu vista, e não há data para o julgamento ser retomado.

NORTE DO ESTADO

Família denuncia negligência em morte de bebê

Em Linhares, Kauan teve diagnóstico de virose em hospital e morreu com infecção generalizada

LORETA FAGIONATO

A família do pequeno Kauan Clarindo Lemke, de 1 ano e 1 mês, acusa o Hospital Geral de Linhares (HGL) de negligência após a morte do menino. Ele foi atendido no local no último dia 4, uma sexta-feira, após apresentar febre, vômito e coração acelerado. Segundo a mãe, Vanuza dos Santos Clarindo, o médico que atendeu seu filho alegou que ele apresentava apenas uma virose. No entanto, na madrugada o quadro do bebê piorou e ele morreu no dia seguinte.

Vanuza contou que foi atendida na noite do dia 4 no HGL. Além de Kauan,

SEM EXAME

“Perguntei se o médico não faria nenhum exame. Ele respondeu que não era necessário, por ser apenas uma virose. Receitou remédios e nos liberou”

VANUZA CLARINDO
MÃE DE KAUA

ela também levou o irmão gêmeo do menino para ser consultado, pois ele também estava passando mal. De acordo com a mãe dos bebês, Kauan apresentava um quadro pior que o do irmão. O médico atendeu os dois meninos e afirmou que eles tinham uma viro-

se, que era normal pegar a doença nesta época do ano e que no máximo eles estavam com uma gripe.

“Eu questionei o médico e falei que o Kauan estava passando muito mal, vomitava muito, não conseguia ficar acordado. Também perguntei se ele não faria nenhum exame, mas ele respondeu que não era necessário, por ser apenas uma virose. Ele receitou alguns remédios e nos liberou”, diz.

Porém, de madrugada, ela afirma que o menino gemia de dor, teve diarreia, febre e os remédios não faziam efeito. Pela manhã, várias pintas roxas começaram a aparecer pelo corpo de Kauan. Desesperada, a mãe foi às pressas para outro hospital com o filho.

“Ele estava todo ‘moli-



Kauan Clarindo Lemke, de 1 ano, vomitou e estava com febre e coração acelerado

nho' e roxo, as pintinhas roxas foram se tornando manchas. No outro hospital, ele foi levado à emergência e os médicos perguntaram o que tinha acontecido com ele. Decidiram transferi-lo para o Hospital Infantil de Vitória, por causa da gravidade. Porém, assim que conseguiram a autorização para a transferência, meu filho morreu. Eu entrei em desespero, fiquei em choque”, lamentou.

O corpo foi encaminhado ao Departamento Médico Legal (DML) de Vitória para ser periciado. Na certidão de óbito, consta que Kauan morreu de “choque séptico, pneumonia lobar e infecção de vias aéreas superiores”. Ele foi enterrado no último domingo, dia 6.

Vanuza acredita que se o menino tivesse sido diagnosticado corretamente e internado no primeiro atendimento ele estaria vivo.

“Kauan era muito alegre e carinhoso. Ele e o irmão se davam muito bem. Se fosse atendido da forma certa, ele estaria vivo”, falou a mãe, aos prantos.

Na tarde de ontem, ela registrou um boletim de ocorrência na 16ª Delegacia Regional de Linhares. A Prefeitura de Linhares, responsável pelo HGL, foi procurada para se pronunciar, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

ARQUIVO PESSOAL

SÉRGIO CABRAL**Gilmar contra o uso de algemas**

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou novamente, ontem, o uso de algemas nas mãos e nos pés do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB) enquanto ele era transportado, em janeiro, em Curitiba. Gilmar citou depoimento de uma agente penitenciária cedida à PF que manteve contato com Cabral. Ela disse, em inquérito, que a súmula do STF que restringe o uso de algemas “não vale nada”. (Agência O Globo)

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

Eleição acirra disputa por controle do PSB

A definição sobre quem o PSB vai apoiar para Presidente da República, com a desistência do ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, passa por uma guerra de poder no partido. O PSB de Pernambuco privilegia uma aliança com o presidenciável do PT em troca da retirada da candidatura de Marília Arraes, que hoje faz sombra ao governador Paulo Câmara (PSB) na disputa pela reeleição. Se ela vencer, a ala pernambucana perde o controle da sigla para o grupo do governador paulista Márcio França, que está muito forte e defende o apoio ao tucano Geraldo Alckmin.

PAINEL

Sacola cheia

Carlos Fernando tornou-se alvo do CNMP após publicações sobre Michel Temer nas redes sociais. Enquanto o processo corria, publicou artigo na Folha com críticas a ministros do STF, e também postou sobre eles na internet. O relator do caso, Luiz Fernando Bandeira, anexou os textos ao caso.